



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

### **ATA DA VIGÉSIMA QUARTA (24ª) SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos dez dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Vigésima Quarta (24ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 06 de agosto de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Vigésima Terceira (23ª) Sessão Ordinária, realizada em 03 de agosto de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 91, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado da Mensagem nº 64/2015, de 24/07/2015, objeto do Ofício nº 64/2015, de igual data, “dispondo sobre a reestruturação da Corregedoria da Guarda Civil Municipal”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 92, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado da Mensagem nº 65/2015, de 24/07/2015, objeto do Ofício nº 65/2015, de igual data, “dispondo sobre a reestruturação da Ouvidoria da Guarda Civil Municipal”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 93, de 2015, de autoria do Vereador Daniel Gasparini dos santos, “dando denominação oficial à Rua G, localizada no Loteamento Chácara Boa Vista, no município, de Rua Adelino Gasparini”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Balancete Mensal do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente mês junho 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento nº 319/2015 - Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: reitero o Requerimento de nº 618/13 e requeiro ao Poder Executivo, informações sobre quais providências estão sendo tomadas, referentes à construção de calçadas e acostamento na Rua Sebastião Milano Sobrinho, Jardim Planalto. Requerimento nº



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

322/2015. Autoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: Requeiro cópia, na íntegra, do procedimento licitatório - modalidade concorrência de nº 010/2015, da Prefeitura Municipal. Requerimento nº 323/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: reitero Indicação nº 175/2015, que solicitou limpeza e dedetização contra carrapatos, nos arredores da Avenida Vereador Antônio Carlos de Oliveira, no Parque do Estado II. Requerimento nº 324/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requer à Secretaria de Obras e Habitação informações sobre o número de pessoas com deficiência, no município, contempladas pelo programa Minha Casa/Minha Vida, com seus respectivos dados pessoais. Requerimento nº 325/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicitando informações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria de Obras e Planejamento, se há previsão para implantação de uma Academia ao Ar Livre, na Praça, localizada no endereço Rua Cônego Carlos Malho, Bairro Dionizio Linares, conforme Indicação nº 26/2015 e Requerimento nº 283/2015. Requerimento nº 326/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros, Dayane Amaro Costa, Luiz Antônio Guarnieri, Jorge Setoguchi, Cinoê Duzo, Luís Roberto Tavares, Osvaldo Aparecido Quaglio, Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: Requer dos senhores Arquitetos Hêlvio Guatelli e Mário Marangoni Filho e ecóloga Noemi Valpassos Viana parecer técnico, para base de estudo do Plano Diretor do Município de Mogi Mirim. Requerimento nº 327/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: requer seja oficiado ao Prefeito Municipal, para que envie cópia da transcrição do banco de dados da arrecadação do ISS, durante o período da empresa SIGCORP. Requerimento nº 328/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: requer seja oficiado ao Prefeito Municipal, para que junto a Secretaria de Educação, envie cópia do Plano de Ação, conforme item 11, inciso VIII, do Plano Municipal de Educação. Requerimento nº 329/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicito informações ao Excelentíssimo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana, para que informe quanto à viabilidade de atendimento da Indicação nº 284/2015, para retornar o sentido duplo de direção na Rua Luiz Edne Bueno, Parque do Estado II, diante de inúmeras solicitações dos moradores. Requerimento nº 330/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: solicitando informações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria de Sustentabilidade Ambiental, quanto à viabilidade de atendimento da Indicação nº 273/2015, visando disponibilização de uma linha telefônica exclusiva ao Bem Estar Animal. Requerimento nº 331/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicitando informações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria de Obras, Habitação e Serviços, para que informem se já estão sendo realizados estudos, para implantação de bocas de lobo, na Rua Luiz Edne Bueno, Parque do Estado II, conforme Indicação nº 283 de 2015. Requerimento nº 332/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: solicitando informações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana e Secretaria de Obras, Habitação e Serviços, sobre quais providências estão sendo realizadas, para sanar os problemas relativo ao ponto de ônibus da Rua Professora Guiomar Marette Marangoni, em frente à casa nº 833, Parque das Laranjeiras, conforme Indicação nº 91/2015. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 319/2015. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: providências, para implantar pintura de solo e faixa de pedestres, em frente à Escola Sapequinha, na Avenida Adib Chaib. Indicação nº 320/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: providências, para notificação ao proprietário e/ou responsável pela construção do prédio, que abrigará o Batalhão da Polícia Militar, situado na Rua Rio de Janeiro. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n.ºs. 507, 508, 509, 510, 511, datados de 05 e 06 de agosto de 2015, subscritos pelo Prefeito de Mogi Mirim, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento n.º 284/2015; Indicação n.º 237/2015; Requerimento n.º 250/2015; Requerimento n.º 523/2015; Requerimento n.º 283/2015, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Vereadores); Ofício, datado de 06 de agosto de 2015, subscrito pelo Vereador Waldemar Marcurio Filho, “comunicando sua filiação ao PROS e liderança de partido na Câmara de Mogi Mirim”;(arquive-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que iniciou, falando sobre a Caravana da Inclusão, evento do Governo de São Paulo, realizado na cidade, no Centro Lucy Montoro, na última sexta-feira. A vereadora agradeceu aos senhores Sebastião Misiara, Presidente da União de Vereadores do Estado – UVESP; Luís Mário, também da UVESP; ao assessor da Prefeitura de Mogi Mirim, Antônio Carlos Camilotti Júnior; à Deputada Célia Leão, aos vereadores presentes e ao público, em geral. “Foi um evento muito rico, que trouxe muito conhecimento a todos, tenho certeza, e espero que a Secretária Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência tenha feito suas anotações; o prefeito esteve presente, no evento, brevemente, e em seu discurso, disse que o município tem muito respeito pela pessoa com deficiência e que, Mogi Mirim muito trabalha pela área; também a secretária falou sobre tal respeito, que a administração tem para com a pessoa com deficiência; o prefeito se retirou, logo, e o Secretário Adjunto, representando a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, discursou, afirmando que a secretaria municipal era um avanço, para a cidade, e mal sabe ele, que a secretaria não funciona, é apenas um cenário armado, e muitos do que me



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

procuram, para reclamar da secretaria, dizem que vão até lá, mas só encontram uma servente e ainda, a secretaria não tem suporte, portanto, antes de falar sobre respeito, prove tal respeito, prefeito, porque, se a administração tivesse respeito pela pessoa com deficiência, haveria tradutor de Libras, em todos os eventos, e sabem por que não realizaram a caravana na Estação Educação? Porque lá não tem acessibilidade e, para provar o desrespeito que existe, quero fazer denúncia, sobre a paralisação da revitalização da Praça Floriano Peixoto, pelo projeto Rota Acessível, cuja verba eu conquistei, junto à deputada Mara Gabrilli, e a emenda não caminhou, por incompetência da administração; eu liguei no gabinete da deputada Mara Gabrilli, para saber o porquê de termos perdido a verba, e a assessora me respondeu, que a emenda tinha sido aprovada, em 23 de setembro de 2013, e que, trâmites tinham sido enviados à prefeitura, porque a prefeitura tinha inúmeros problemas, que tinham que ser solucionados, para que o dinheiro fosse liberado, e eu soube, então, que a administração nunca cumpriu com as solicitações, para concretizar a liberação do dinheiro, não enviou documentos e tampouco, o plano de trabalho e a emenda foi cancelada, portanto, entendam a irresponsabilidade deste município! Tão difícil conseguir uma emenda e depois passar por isso, saber que a prefeitura não sabe fazer a lição de casa”, aclarou e encerrou participação. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que explanou sobre o Projeto de Resolução nº 04, de 2015, de sua autoria, dispondo sobre alteração do Artigo 1º, da Tribuna Livre. “Quero esclarecer, relativo ao projeto de resolução, propondo alteração da Tribuna Livre, porque creio, que eu não fui compreendida pelos jornais; propus, no sentido de não deixar o munícipe esperando até o término da sessão, porque as pessoas ficam ansiosas e cercam os vereadores, para pressionar, para requerer a antecipação, e os vereadores ficam sob pressão; para alguns, conseguimos antecipar, para outros, não, e houve uma questão com dona Benedita Noronha, que se cansou de aguardar uma longa sessão; o projeto é neste sentido, de não



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

haver necessidade de requerimento verbal, para antecipação, e eu peço apoio para aprovação”, discorreu. Depois, abordou assunto da desclassificação das cento e sessenta e seis pessoas, que tinham sido sorteadas, para aquisição de moradia própria, pelo programa Minha Casa/Minha Vida. “Semana passada, falei também sobre assistência social, a desclassificação das cento e sessenta e seis pessoas sorteadas e algumas pessoas vieram me questionar, portanto, ontem, eu estive na Secretaria de Habitação e pedi cópia do papel, que foi entregue, durante o sorteio do Minha Casa/Minha Vida, onde se vê escrito, que haveria a avaliação pela Caixa Econômica Federal - CEF e o agendamento; o que destaco é que não me conformo, em ver a administração brincando com os sentimentos das pessoas, porque a CEF, que levantou a movimentação bancária das candidatas, poderia ter feito isso antes do sorteio e, agora, aguardamos a revisão dos que foram desclassificados, mas não podemos brincar com o sentimento do outro”, afirmou e concluiu. Como o próximo orador inscrito, Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, desistiu da palavra, discursou, na sequência, o Vereador Osvaldo Quaglio, que falou sobre sua pré-candidatura à prefeitura de Mogi Mirim. “Com relação à entrevista, publicada nos jornais, sobre o apoio de Carlos Nelson Bueno à minha pré-candidatura à prefeitura, eu não me manifestei antes, porque preferi conversar, primeiramente, com o próprio Carlos Nelson Bueno e, como declarei, em entrevista aos jornais, Carlos Nelson Bueno foi um dos melhores prefeitos, que tivemos na cidade, administrativamente falando, e muitos concordam comigo; continuo sendo pré-candidato, mas temos outros excelentes nomes, como Maria Helena, um nome excepcional; com relação ao apoio que Carlos Nelson Bueno empenhou a mim, classifico-o como muito importante, haja vista a produção de seu governo, em comparação com o atual, além de já ter sido deputado federal, estadual e prefeito de Mogi Guaçu, logo, é calibrado, politicamente, então, deixo a ele o meu agradecimento, o apoio que recebi e não esperava, e creio que isso seja bom à nossa cidade; alguns me procuraram,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

depois do pronunciamento de Carlos Nelson, dizendo que Mogi Mirim precisa, realmente, reunir forças, congregar pessoas que tenham vontade de trabalhar pela cidade, então, eu digo que, na política municipal, temos que unir forças e trabalhar, coletivamente, para resolver os problemas da cidade e não ficar com picuinhas, brigas de egos, que só prejudicam a nós, classe política, e a Mogi Mirim”, disse e finalizou. Como o próximo orador inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, discursou, em tribuna, o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que falou sobre a desclassificação das cento e sessenta e seis pessoas sorteadas para o programa habitacional Minha Casa/Minha Vida. Eu preferi me calar na última sessão, esperar os ânimos se aplacarem, para depois falar, como eu acho que a situação deveria ter sido encaminhada; o programa Minha Casa/Minha Vida, do modo como é feito, sempre haverá dificuldade, porque, primeiro, há muita exigência por parte da CEF, exige que o nome esteja totalmente limpo e sem restrições, o que, hoje, na classe baixa, é muito difícil; quando eu era criança, eu me lembro, que o sorteio era feito, com base na ordem de inscrição e, na cidade, devem existir pessoas, que estão há trinta anos esperando a vez, porque ainda não foram contempladas pelo programa habitacional, e não conseguem, porque não se enquadram nos valores; quem recebe um pouco a mais, do que o estipulado no programa, não vai ter oportunidade nunca, portanto, acho que se deveria voltar o processo da ordem de inscrição, pois, pelo menos, a pessoa sabe que, um dia, será contemplada; sei que trinta por cento dos que ganharam a casa e pagam cerca de menos de cem reais, por mês, não estão cumprindo com o compromisso e estão sujeitos a perderem suas residências, e outros quase vinte por cento vendem os imóveis, portanto, eu farei este pedido ao Setor de Habitação, para que o procedimento seja feito de forma diferente, para que todos tenham oportunidade, dentro de regras, prazos e tempo estabelecido; está muito difícil vir até esta tribuna e se pronunciar, você não vê motivação do Governo Estadual, tampouco incentivo do





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Governo Municipal, pois sabemos que as prefeituras, cada vez mais, estão em dificuldades, porque têm dívidas anteriores e não estão recebendo recursos do Estado e Federação, para ampliar o trabalho”, explanou e encerrou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que, de início, relatou as conclusões da última reunião do Conselho de Segurança – CONSEG, da qual participou, especialmente, sobre os temas do uso do cerol, cuja lei pretendia emendar, para ampliar a segurança aos motociclistas e à população, em geral, e sobre a Lei Maria da Penha. Depois, relatou ter comparecido no Café Filosófico, evento realizado pelo Conselho da Mulher Empresária, da Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim, onde os presentes tinham acompanhado palestra do Dr. Rogério Filócomo, Promotor de Justiça, também sobre a violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha. “A mulher não deve ficar no silêncio, deve denunciar toda e qualquer agressão, verbal ou física, e ficam os meus parabéns ao Conselho da Mulher Empresária, da ACIMM, e ao Dr. Rogério Filócomo, pela brilhante palestra”, frisou. Sobre o Minha Casa/Minha Vida, disse que a maioria das pessoas, que conhecia e que tinham sido sorteadas, realmente, necessitava e muito da casa própria, famílias carentes e numerosas. “Muitas famílias foram prejudicadas, muitas eu conheço e a maioria é carente e numerosa; estou dando um apoio às pessoas, levando alguns na Caixa Econômica, pedindo explicações, porque, convenhamos, não é a pessoa que tem que provar que está apta para receber a casa, mas a CEF, que tem que provar, que ela não está apta, haja vista que a pessoa foi sorteada, portanto, exorto as pessoas a irem à Secretaria de Habitação e a entrarem com recursos, para revisão”, salientou e findou explicações. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luiz Guarnieri, que comentou as proposições que apresentou, especialmente, a Indicação 320/2015, para providências, a fim de notificar o proprietário, ou responsável pela construção do prédio, que vai abrigar a 2ª. Cia PM, em Mogi Mirim, para providência com os entulhos, que estavam sendo jogados na calçada e na rua. “Averiguamos



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

a situação e o DSM se prontificou a entrar em contato com os responsáveis, mas, até hoje, a situação está a mesma, com entulhos espalhados pela calçada, a construção é financiada pelo Governo do Estado e, se qualquer munícipe está submetido à fiscalização da prefeitura, pedimos que seja efetuada a fiscalização nesta obra, da mesma forma”, elucidou. Também comentou sobre trecho da Adib Chaib, que necessitava de reparos, próximo à empresa Monroe, relatando que estivera no local, acompanhado de funcionários do SAAE, constatando a existência de alguns pontos, que incomodavam bastante a população, especialmente, a residente na Rua do Tucura, aclarando ainda, que o SAAE havia se comprometido a executar a higienização e a dar uma solução àquela área, informando, igualmente, que haveria uma interligação de esgoto, naquele trecho. Por fim, falou sobre a reunião, para discussões relativas à revisão do Plano Diretor de Mogi Mirim. “Na quinta-feira, estivemos reunidos, vereadores e assessores, com o arquiteto Hélivio Guatelli e com a ecóloga Noemi Valpassos, profundos conhecedores da área; Hélivio foi o executor do plano diretor à época do então prefeito Adib Chaib, e foi importante sua participação, bem como a discussão efetuada; chegamos no consenso de propor uma audiência pública, para discussão do plano, pois vai ditar os rumos da cidade, nos próximos cinco anos”, afirmou e finalizou. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que pediu urgência na reabertura do Posto de Saúde Familiar – PSF Gabrielzinho. “O PSF Gabrielzinho foi interditado no final do ano passado e a população daquele bairro rural continua sem um PSF local e o mais próximo fica no Bairro Piteiras, distante dez quilômetros, e a população daquela região não consegue ir até o Piteiras, portanto, peço que o prefeito agilize a reforma do PSF Gabrielzinho”, findou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Quero mencionar, que concordo com algumas palavras proferidas pelo vereador Osvaldo; Mogi Mirim, na verdade, tem vários edis, mas a cobrança de todos é a mesma: a solução de problemas; vi a nota de apoio de Carlos Nelson Bueno ao



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

vereador e acho justa a disputa; serão feitas muitas reuniões partidárias, várias, e acredito que a conversa tenha que ser boa, para dar coisa boa para a população; seja quem for o prefeito a assumir, sei que vai ‘levar pau’, porque não vai agradar cem por cento do eleitorado e adianto, desta forma, que o PROS lançará uma composição para o Executivo, declaro que não será este vereador e, sobre as eleições, apenas peço para que uma pessoa não ganhe, se a disputar, Ernani Gragnanello, do PT, porque, na verdade, falo com respaldo, com conhecimento de sua pessoa; espero que na janela de setembro, o representante que ainda resta do PT, na Câmara, também levante voo e vá para um bom partido”, declarou. Para concluir, informou à Vereadora Luzia C. C. Nogueira, enquanto primeiro secretário, que a Mesa da Câmara emitira parecer desfavorável ao seu Projeto de Resolução nº 03/2015 e o remetera para arquivo. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Benedito José do Couto, que se pronunciou sobre o programa Minha Casa/Minha Vida e a desclassificação dos sorteados. “Antes que o vereador Luís Roberto fosse ao Setor de Habitação, o Vereador Laércio Pires e eu também fomos, sentamos e buscamos entender a situação e obter informações, saber o porquê do processo ter sido feito dessa forma; minha posição é a de que não concordo com o modo como foi feito, pois entendo que seja necessário fazer toda a triagem, primeiro, antes do sorteio, eliminando os sem condições, antes do sorteio, para evitar decepções, mas, infelizmente, já ocorreu e temos que respeitar a metodologia, e eu também conheço várias pessoas, que estão há anos, esperando pela casa própria, em Mogi Mirim, e o vereador Marcos Bento tem razão em falar sobre mudanças, sobre criar um mecanismo melhor para selecionar as casas populares; Mogi Guaçu está fazendo muitas casas, embora nosso prefeito tenha boa vontade, é um momento de crise e ele aguarda para que possa concluir mais quinhentas e tantas habitações; são muitas as pessoas que nos procuram, sabemos das dificuldades e, se o dinheiro do país fosse bem administrado, não haveria tanto déficit habitacional”, comentou e concluiu sua participação.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Discursou, na sequência o Vereador Cinoê Duzo. “Enquanto o país está vivendo uma crise absurda, imposta pelo Governo Dilma, em Mogi Mirim, as coisas não são diferentes, porque ‘ele’ continua maquiando UBSs, deixando o povo sem remédios e, nesta crise, pretende pagar um aluguel de mais de vinte mil reais, para um novo paço municipal e isto é impressionante! O baile de máscaras, promovido pela ACIMM, ‘ele’ precisa pegar a máscara do Pinóquio, que esqueceu lá! Como pode? Não vai mais dar férias aos funcionários, no segundo semestre, mas tem dinheiro para pagar um aluguel de vinte mil reais; não vou falar o nome de seu cargo, porque ‘ele’ não merece; enquanto a população clama por melhores condições, ‘ele’ rasga dinheiro, alugando prédio na Rua Paissandu, ora! ‘Ele’ perdeu a noção, porque, com esse dinheiro, mensalmente, ‘ele’ poderia, paulatinamente, asfaltar uma rua, por vez, no Parque das Laranjeiras, mas ele insiste em picotar dinheiro e sabemos que só loucos rasgam dinheiro; ‘ele’ é insano, ‘ele’ pega a cartilha de Maquiavel e a cumpre ao pé da letra, não prestará contas à justiça, mas duvido que durma tranquilo, só se for a base de ‘tarja preta’; ‘ele’ não faz nada e deixa de fazer aos mais necessitados, que clamam, e ele nem aí; muitos me perguntam se é verdade que ‘ele’ tem casa em Miami, se ‘ele’ voltou de viagem, e eu respondo que não sei, pois não convivo com ‘ele’ e não me sento com ‘ele’! Sou pré-candidato a prefeito, mas para atingir o objetivo de ser prefeito, nesta cidade, recuso-me a sentar com certas pessoas, porque o caráter leva tempo para se conquistar, mas perde-lo é muito rápido, honestidade e competência têm que andar juntas; meu lema é não criar expectativas nas pessoas e ele está querendo fazer de Mogi Mirim, a Neverland, a Terra do Nunca, e a população deve reagir, sair do mundo virtual, das mídias sociais, e ir para o mundo real!”, discursou. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires, que replicou o discurso de seu antecessor. “Costumo dizer que, se grito resolvesse, porco não morria; vereador esbraveja e atira pedras, mas tem que dar o caminho, porque atirar pedra e não correr atrás, para resolver



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

os problemas da cidade, é complicado; dos vereadores que se colocaram como pré-candidatos, o Osvaldo dá um banho nos demais, porque, vou te falar, muito se prometeu, mas a realidade, nós a vemos, e também não quero jogar pedras no prefeito; muitos daqui eram amigos do prefeito, comiam juntos, mas, agora, nossa! Quando o prefeito assumiu a prefeitura, cortou muitos dos cargos com FG, de pessoas que ganhavam fortunas, e isso, revoltou alguns vereadores, que antes, comiam com o prefeito; perguntem à população, se o vereador foi ao bairro, ver a necessidade da população; Imagine, claro que não, realidade só nas redes sociais; a população não é boba, é esperta, vê a realidade, quem é que corre pelas necessidades da população; quem promete muito, não faz nada, verdade é essa; a população está cheia de promessas, porque nada se resolve, a população quer ação e não alguém que fica atrás do computador, enganando o povo, fazendo graça na rede social, que não participa de nada, nem faz evento algum, mas se esforça para sair em todas as fotos, isso é complicado; ficou fácil ser vereador assim, fazer média e enganar a população, e eu não estou aqui, para defender o prefeito, de jeito algum, fui eleito para trabalhar pela população e é o que estou fazendo, portanto, o que me interessa é a população e não meia dúzia de derrotados; eu vou e venho com meu Gabinete Móvel, estou vereador, não nasci vereador, mas para alguns, se perder a eleição a casa cai; com relação ao programa habitacional Minha Casa/Minha Vida, dos que vi espernearem aqui, sei que nenhum esteve lá, no sorteio, acompanhando o processo, mas eu levei vinte e duas pessoas até a CEF, para saberem o porquê da desclassificação, e a CEF vai rever a situação, portanto, falar inverdades à população tem nome, chama-se covardia”, declarou e encerrou. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que, desde logo, convidou a todos para a audiência pública, relativa à discussão sobre a autossuficiência do SAAE, com a presença do senhor Vitor Morgato, elaborador do plano de estudos de viabilidade econômico-financeira do SAAE. “Há dois meses este estudo



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

está pronto, é a possibilidade de viabilizar o SAAE à iniciativa privada, já pedimos, por requerimento, para que tenhamos o relatório em mãos; também confirmada a presença do presidente do SAAE, Luciano, e do diretor financeiro, Evandro, mas não teremos a presença de Dalton, representante da Ares-PCJ, porque ele entende melhor ficar neutro na decisão de passar o serviço de águas à iniciativa privada, e teremos conhecimento do estudo de viabilidade econômico-financeira, em primeira mão”, explicou. Depois, explicou requerimento que encabeçou, ao lado de vários outros vereadores, para convite aos arquitetos Hέλvio Guatelli e Mário Marangoni Filho, bem como à ecóloga Noemi Valpassos Viana, requerendo-lhes parecer técnico sobre o projeto do plano diretor do município. “A presença dos senhores Hέλvio, Noemi e Mário foi quase uma exigência dos profissionais, para avaliação técnica do plano diretor, haja vista que, na última quinta-feira, estivemos em reunião e, de início, percebemos vários erros no plano diretor, as emendas apresentadas não poderão ser aprovadas, sem audiência pública, pois se trata de uma revisão do plano diretor; a empresa contratada, para elaboração do plano, elaborou-o da forma como o Gabinete do Prefeito quis e não como deveria ser feito, não apresenta projeto de desenvolvimento e não cumpre a função social e, se olharmos o Estatuto das Cidades, instrumento que temos para desenvolvimento do plano diretor, vemos que o conselho da sociedade civil deve participar; quando olhamos o plano diretor, observamos que foi o poder do Prefeito quem decidiu; está claro, para nós, a devolução da peça ao prefeito e a solicitação de nova análise, mas o requerimento foi aprovado, teremos o parecer desses profissionais e vamos analisar, com carinho, o que queremos para Mogi Mirim”, explanou. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Gonçalves, que discursou, dirigindo-se, primeiramente, à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, concordando com a audiência pública, para o plano diretor, e destacando que os demais vereados também desejavam assinar o requerimento de convite aos técnicos mencionados. “Pelo Regimento Interno, temos cinquenta e cinco dias para votarmos o plano diretor e eu creio seja tempo suficiente, para emendas e para uma audiência, já com todas as emendas, portanto, o tempo passa rápido e sugiro aos pares, que se apressem a estudar a peça”, destacou. Depois, para finalizar sua participação, falou sobre a sucessão municipal e as próximas eleições. “Quero dizer, aproveitando palavras do vereador Waldemar Marcurio, em relação ao PROS, que meus assessores estiveram em Brasília e conversaram com o chefe de gabinete do ministro Edinho Araujo, PMDB, e quero comunicar que o PMDB também não vai ficar de fora das próximas eleições municipais e também não refiro a minha pessoa, mas o PMDB tem outros e bons nomes, já que o PMDB é o maior partido do país, e, hoje, quem está coordenando ações políticas, em nível nacional, é o PMDB, com o vice-presidente Michel Temer e, ainda sobre a sucessão municipal, lógico, que é muita conversa, Osvaldo já tem o apoio de Carlos Nelson Bueno, a quem eu admiro e que está ainda, sem partido, mas o PMDB terá candidato e, assim como disse Waldemar, o Ernani, João Carteiro jamais apoiará”, declarou e finalizou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h04, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:**

1. Projeto de Lei nº 88, de 2015, de autoria do Vereador Jorge



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Setoguchi, “instituinto, no Calendário Oficial de Mogi Mirim, o DIA DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA, a ser comemorado no dia 29 de maio”; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 88/2015, do Vereador Jorge Setoguchi); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO**: “**ex-vi**” do disposto no inciso I, do **Artigo 172 do Regimento Interno**: 2. SUBSTITUTIVO ao Projeto de Lei nº 81, de 2015, ambos de autoria do Vereador Dr. Ary Augusto R. de Macedo, “dispondo sobre alteração de dispositivo da Lei Municipal nº 4.246/06, sobre utilização de caçambas estáticas coletoras de entulhos, no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Deverá o *substitutivo* ser apreciado pelo Plenário, antes do Projeto de Lei original. Se aprovado o *substitutivo*, o projeto original ficará prejudicado; se rejeitado, o projeto original será discutido e votado, conforme disposto no Artigo 147, §§ 2º e 3º do Regimento Interno. Há ainda uma *emenda aditiva*, ao substitutivo, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, solicitando, conforme dispõem os Artigos 155, V; 166, Parágrafo Único, do Regimento Interno, Destaque de Votação para a emenda do Vereador Luís Roberto Tavares, aposta ao Substitutivo, o que foi aprovado, unanimemente, pela Casa. A seguir, discursou o autor da emenda, Vereador Luís Roberto Tavares, e explicou sua emenda aditiva, estabelecendo um prazo para a retirada da caçamba. Usou, como exemplo, a Rua Tupinambás, onde estava localizada uma caçamba, contratada por uma família, que, depois de recolhido o entulho, não tinha dinheiro para pagar o serviço, e a empresa, por sua vez, não retirava a caçamba, já repleta de entulhos, enquanto o contratante não cumprisse com o contratado. “Como faz? Portanto, a emenda vem como respaldo à população, não ao contratante, não ao contratado, mas para evitar entulhos parados por seis, oito meses, e a população não tem culpa, além da proliferação de focos de Dengue, mal cheiro e outras





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

situações, portanto, peço aprovação da emenda”, explanou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, afirmou que, em caso de empate e necessidade de seu voto, que votaria contra a emenda. Discursou, em seguida, o autor do Substitutivo, Vereador Ary Augusto Reis de Macedo. “Entendo a preocupação do vereador Luís Roberto Tavares, mas o objetivo é relacionado à questão da sinalização e da segurança, na caçamba, em via pública, e não a sua permanência, e a destinação do entulho é pertinente a um novo projeto, que estamos estudando, ao lado dos proprietários das empresas de entulho, portanto, penso que, na peça atual, não cabe a emenda, e votarei contra, neste sentido; fizemos um primeiro projeto, houve uma preocupação, fizemos reuniões, com os proprietários de empresas, e chegamos neste consenso, haja vista o substitutivo, originado após a reunião, com empresários”, aclarou. A Vereadora Luzia C. C. Nogueira foi a próxima a discutir a matéria. “Um novo projeto seria feito, rapidamente, e, neste sentido, seria bom que o Vereador Luís Roberto colocasse suas intenções, e eu penso, que se uma coisa coloca em risco a vida de populares, basta denunciar o fato à fiscalização, portanto, estranho o caso da Rua Tupinambás; com a emenda, o prejuízo do empresário será maior, uma caçamba a menos nas ruas, logo, se o caso ocorre, vereador, vamos à imprensa, vamos fotografar o local e vamos ver se o contratante vai, ou não pagar, acho que vai fazer empréstimo e pagar, e, depois de pago, vamos ver quanto tempo o proprietário vai deixar a caçamba lá, depois do pagamento; está havendo falha da prefeitura, em fiscalizar o serviço, pois, depois de tanto tempo de permanência da caçamba, deveria ter tido multa ao contratado e ao contratante”, salientou. O próximo a comentar o Substitutivo foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “São várias opiniões, mas confluem no sentido de que este projeto é para pintura e adesivos de segurança nas caçambas; apresentado o projeto, fomos procurados pelos proprietários de caçambas, agendamos, reunimo-nos e foi muito boa discussão, chegamos, enfim, num consenso, votamos a ideia e todos os



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

presentes à reunião aprovaram; no caso, a emenda trata de outro assunto, não deste projeto de sinalização e, no meu entendimento, o que falta à emenda é, justamente, chamar os envolvidos, como foi feito no projeto Dr. Ary, chegar a uma conclusão que satisfaça todos os envolvidos; concordo, em tese, que há um problema, munícipes reclamando e tudo, mas precisamos de consenso e, hoje, se aprovarmos a emenda, o proprietário, que já foi até o local e depositou a caçamba, vai retornar, retirar, pagar mais quarenta reais, para despejo no local apropriado, de Paulo Terraplanagem, e a situação fica inadequada; se aprovarmos a emenda, criaremos novos conflitos, assim, desta forma, peço rejeição da emenda e proponho irmos ao novo diálogo”, comentou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, informou aos presentes, que o autor, Vereador Luís Roberto, solicitava a retirada de sua emenda, mas não submeteu o pedido à votação. O Presidente disse que a emenda já estava em discussão e que, iria submetê-la à votação, por orientação da secretária legislativa, em plantão. Fez uso da palavra, na sequência, o Vereador Cinoê Duzo, explicando o pedido de retirada da emenda, pelo autor, e expondo que a intenção do vereador autor era pela população, mas que ele, orador, acatava a sugestão dos demais vereadores, pela rejeição. “Não foi intenção do Vereador Luís Roberto prejudicar o projeto do Dr. Ary”, frisou. Também discursou o Vereador Waldemar Marcurio Filho, relatando que compreendera o ponto de vista do autor e dos demais edis; que a emenda iria dificultar a vida dos empresários, que votaria contra a emenda e que, o projeto era consciente. “Quando há prestação de serviços ao povo, não compete a este Legislativo discutir questões empresariais”, afirmou e concluiu. Em Destaque de Votação a Emenda Aditiva, do Vereador Luís Roberto Tavares, ao Substitutivo ao Projeto de Lei 81/2015; (colocada a votos em sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por quinze (15) votos contrários a um (01) voto favorável, Primeiro (1º) Turno, a emenda, do Vereador Luís Roberto Tavares, ao Substitutivo do Projeto de Lei 81/2015, do Vereador Ary Macedo);



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

(arquite-se); Em votação o Substitutivo do Projeto de Lei 81/2015, do Vereador Ary Macedo; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Primeiro (1º) Turno, o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 81, do Vereador Ary Macedo); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser votado em segundo turno); **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 3. Projeto de Lei Complementar nº 06, de 2015, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre a aprovação do Plano de Urbanização do Loteamento denominado Jardim Carlos Gomes, no Município de Mogi Mirim”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas. Para discutir a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Gostaria de apresentar minhas dúvidas quanto a este projeto, que não passou pela Comissão de Finanças e Orçamento, até agora, não sei o porquê; o projeto de lei complementar diz que “um dos documentos necessários para a regularização do loteamento é a lei específica, que aprova o plano de urbanização local, desta forma, a aprovação da minuta, contribui para o processo de regularização do núcleo e é imprescindível para o resgate da cidadania das famílias ali residentes e também para a regularização das empresas ali estabelecidas”; acontece que não está claro, no levantamento planoaltimétrico... ele recebeu o título de projeto de interesse social, não ficou claro se o projeto se refere apenas à regularização fundiária das glebas já existentes, desde 2005, que constam do plano diretor, ou se está embutida uma pretensão de lotear o restante da área, e não está claro isso, portanto, de acordo com o Artigo 50, §2º do Regimento Interno, solicito, verbalmente, que o Projeto de Lei Complementar nº 06/2015, seja submetido à análise da Comissão de Finanças e Orçamento, porque não está claro, se o autor pede a regularização do que já existe, desde 2005, ou se está pretendendo um novo loteamento, aliás, não há memorial descritivo e estamos falando de áreas de preservação - APPs, onde há um córrego que vai desaguar no rio Mogi Mirim; não estamos brincando



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

aqui, mas estamos falando de preservação, pelo amor de Deus! Peço quinze dias para que a CETESB nos explique e peço a oportunidade de a CFO analisar a matéria; as Comissões de Justiça e Redação e Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas deram parecer, mas não definiram, se o autor está pretendendo regularizar aquilo que já existe, na clandestinidade, desde 2005, ou se está pretendendo novo loteamento; é claro, para nós, que a cidade está expandindo áreas e o projeto está como ‘interesse social’ no Plano Diretor; rasguei um requerimento de adiamento, entendendo... falei com ele hoje, ele falou com quinze vereadores, depois que falou comigo; eu fui clara com ele, perguntei ao vereador o que ele iria fazer e ele não me explicou, pegou o telefone e falou com quinze vereadores; eu estou pedindo o que é de direito meu, direito nosso, no Regimento Interno, é direito requerer a possibilidade de estudar mais alguns dias, nada mais que justo, apenas atrás da legitimidade que nos cabe; aprovar, sabendo o que o autor pretende fazer, só isso, e eu perguntei a ele, fiquei com ele mais de uma hora, perguntei o que iria fazer, no restante da área, e ele não respondeu, não se abriu com uma vereadora, digo a Napoli, proprietário da área, o ex-vereador Leonardo Zaniboni, portanto, vamos ser claros, estamos tratando de uma área de APP, área de várzea, por favor, deem-nos oportunidade de apreciar a matéria”, discursou e concluiu. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, suspendeu a sessão em curso às 20h52, para reabri-la, ato contínuo, às 20h59, prosseguindo com a discussão da matéria. Fez uso da palavra, na sequência, o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Eu discordo da vereadora, porque não nos compete analisar APPs, mas ao GRAPROHAB - Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo e a Cetesb, e as comissões deram pareceres favoráveis, logo, eu pergunto à senhora, por que a senhora não fez a mesma discussão, quando do Parque das Laranjeiras e Domênico Bianchi, onde há APPs? O projeto em tela é de regularização, pois já existe o loteamento; respeito a opinião da vereadora, mas não nos cabe



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

deferir, mas sim a Cetesb, que dará a distância segura da APP; a Napoli está tentando entrar com o projeto de regularização e depois, dar sequência aos seus projetos, e eu não sei se houve uma discussão entre a senhora e o vereador licenciado, mas não posso aceitar que existam questões particulares, num projeto que vai beneficiar vários munícipes, sou favorável ao projeto e que, os órgãos competentes deem os seus pareceres, sou favorável à regularização, porque quero que as pessoas se sintam bem, onde moram e não entendo esta discussão, neste momento; eu sou favorável ao projeto e contrário ao requerimento verbal da vereadora e a um adiamento”, aclarou. Para discutir a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Sou contra, acho chato um colega levantar questões sobre outro colega; esta dúvida não é só da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, mas de outros vereadores também, e erros do passado não justificam outro erro; temos que dar o direito à Comissão de Finanças de ouvir e saber qual o planejamento, como vai ser feito e quando; há um córrego, na área, e vemos como os córregos secam, por invasão e falta de respeito às APPs e eu não quero ser responsável, por um novo Parque das Laranjeiras, portanto, voto pelo requerimento da vereadora, pensando na segurança da cidade”, explicou e se posicionou. O próximo orador a discursar foi o Vereador Osvaldo Quaglio. “Conversei com o vereador Leonardo sobre este projeto; todo projeto que vem para a Câmara, com intenção de regularizar, temos que trabalhar em cima, para regularizar, sem dúvida, mas o projeto não especifica, se vai regularizar o que já está lá, ou se vai mudar alguma coisa; também estou com dúvidas e penso que adiar uns dias, independentemente do parecer, é bom e vamos analisar melhor, talvez até quem o elaborou não tenha atentado, todavia, a questão é muito séria, pode sobrar para o futuro; devemos votar e aprovar, mas depois de melhor análise e eu quero que o projeto passe pela Comissão de Finanças e Orçamento e vamos analisar, se há erro, ou não, não custa nada”, discorreu. Também se posicionou a Vereadora Dayane Amaro Costa, dizendo que levar o projeto a uma comissão só



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

iria enriquecer a matéria e as discussões relativas, e se declarou favorável ao pedido da vereadora Maria Helena. O próximo a discutir foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que disse não ver dificuldade alguma em votar o projeto e tampouco o loteamento. Em votação o requerimento verbal da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, conforme Artigos 50, § 2º, e 155, VII, do Regimento Interno; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quinze (15) votos favoráveis a um (01) voto contrário, requerimento verbal da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "EXPLICACÃO PESSOAL", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). A primeira oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que prosseguiu com suas críticas, relativas à postura do prefeito Luís Gustavo Stupp, durante o evento Caravana da Inclusão, do Governo do Estado de São Paulo, ocorrido em Mogi Mirim. “Ainda sobre a Caravana da Inclusão, quero dizer que tive ânsia ao ver as atitudes do prefeito, além da fala de que ele tem respeito pela causa dos deficientes, porque ele não tem; durante a caravana, a Secretaria de Estado distribuiu um material promocional, uma sacolinha, e a prefeitura não podia perder a deixa, colocou um jornal de falácias e mentiras junto ao material do Estado, na sacolinha, então, a população levou mentiras para casa; na foto, vemos a EMEB Humberto Brasi, com crianças subindo a rampa de acesso. Ora! A rampa de acessibilidade na escola é obrigação, não é marketing, tem que cumprir a acessibilidade, porque está na Constituição Federal/88, por isso tenho nojo, ânsia, foi um desrespeito para com a Caravana da Inclusão, um evento tão sério; o prefeito não faz nada pela pessoa com deficiência, no município, e coloca tais mentiras e sabe o que eu faço com isso? Eu rasgo o seu material! Porque é um absurdo, uma vergonha e eu sugiro ao prefeito que deixe a sua cadeira, porque não está dando certo; talvez o prefeito obtenha



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mais resultados como ator, ou modelo, porque corre para tirar as fotos com os secretários estaduais, e tem gente que o defende até debaixo d'água; quero eixar um aviso aos pré-candidatos a prefeito: vocês vão pegar uma bomba, porque este prefeito está afundando a cidade”, declarou e concluiu participação. Como os próximos inscritos, Vereadores Luzia C. C. Nogueira, Manoel Eduardo P. C. Palomino e Osvaldo Quaglio, desistissem da palavra, discursou, ato contínuo, o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, agradecendo atendimento a um seu pedido, expedido através de ofício ao diretor da Guarda Civil Municipal, Secretário Luciano Ferreira de Mello, pedindo apoio da GCM, para identificação de luminárias, que ficavam ligadas, permaneciam acesas durante o dia, na cidade. “O Secretário Luciano F. de Mello nos atendeu e agradeço, pois ele presta um serviço, com presteza”, frisou. Como os próximos oradores inscritos, Daniel Gasparini dos Santos, Luiz Antônio Guarnieri e Jorge Setoguchi, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que se dirigiu à Vereadora Luzia C. C. Nogueira, replicando suas palavras. “A Vereadora Luzia falou de vereador, que fala de outro vereador, e eu vou explicar, que sempre vou falar, se tiver dúvidas, seja quem for, porque eu não falo por trás, mas falo, olhando nos olhos da pessoa; o projeto de lei complementar passou por duas comissões e a vereadora pediu para que fosse encaminhado à Comissão de Finanças, que ela preside, e eu discordei, estou no meu direito, portanto, não estava falando mal da vereadora e, se ela tem divergências, é problema dela, assim como as minhas, são minhas”, aclarou e concluiu. Como os próximos inscritos, Vereadores Benedito José do Couto e Cinoê Duzo, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires. “Tem vereador que usa da tribuna, para falar inverdade, acusar pessoas, falar mentiras, porque mente; quando a vereadora pediu para passar pela comissão que ela preside, foi votado, mas ela não pode vir à tribuna, falar inverdades, aliás, penso que nem sabia do que estava falando; o projeto passou pela minha comissão e demos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

parecer favorável, passou também pela comissão que o Vereador Ary Macedo preside, ambas emitiram parecer favorável; triste a pessoa desejar que passe pela comissão ‘dela’ e quanto ao projeto, pede-se autorização para regularização de loteamento e, agora, vai passar pela CFO, mas vereador não deve falar que ‘vereador é mentiroso’, que ‘ofendeu’; a verdade é que a vereadora fala tanto aqui, mas, no passado, a senhora não tomou providência alguma para regularizar os loteamentos, não correu atrás de nada, e, de repente, o processo está em trâmite no Governo do Estado, que está ‘empurrando o processo com a barriga’; os loteamentos Domênico Bianchi e o Parque das Laranjeiras estão no Cidade Legal por iniciativa do ex-prefeito Carlos Nelson Bueno, para quem temos que ‘tirar o chapéu’, porque foi ele quem correu atrás, para regularizar loteamentos, e isto não é mentira, tanto é verdade, que o processo está em São Paulo; o que precisa é a vereadora Maria Helena se unir a nós, para acelerar o processo, pois precisamos regularizar o Domênico Bianchi, a população não aguenta mais esperar, assim como o pessoal do Parque das Laranjeiras; não é justo, já fomos várias vezes até São Paulo, enquanto comissão, que também não deu em nada; a população não aguenta mais ‘empurrar com a barriga’ e eu peço à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e ao Vereador Osvaldo, vamos em caravana até o Governo do Estado, até Geraldo Alckmin, pois é ele quem vai assinar ‘a parada’, vamos até o GRAPROHAB, órgão que vai dar o veredicto final, assim como dará para o loteamento constante no projeto, que pede regularização; a população quer resultados e não quer que fiquemos na tribuna, falando sempre a mesma coisa; clamo ao pré-candidato a prefeito Osvaldo Quaglio, para que corra atrás, que dê seus pulos, peço providência agora, peço para agilizar, para ele pedir ao governador e aos deputados, que apoiam o Governo, pela regularização do Domênico Bianchi, não vamos deixar para o ano que vem, peço aos Tucanos, ajuda do governador”, explanou e concluiu. Fez uso da palavra, na sequência, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, para se





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

congratular com o jovem mogimiriano Luiz Felipe Guarnieri Manara, campeão medalha de ouro no pan-americano de Toronto, mesatenista com metade do corpo paralisado. “Há muito tempo, conseguimos, no Governo do Estado, o Bolsa Atleta, portanto, o atleta é mantido por bolsa estadual, mensalmente, e são recursos para viagens, para o interior do país e para o exterior e o menino brilha, ele é merecedor dos recursos e o Estado de São Paulo incentiva atletas e paraatletas”, discursou. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h34, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM